

*DO CONHECIMENTO À INOVAÇÃO:
AS LIÇÕES DO NOROESTE DE PORTUGAL
POR ARTUR SANTOS SILVA*

*INTERVENÇÃO NO
106º ANIVERSÁRIO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
Quarta, 22 de março de 2017 | 15h30*

Senhor Reitor da Universidade do Porto, Senhores Directores das Unidades Orgânicas, Caros Docentes, Caros Investigadores

Senhor Presidente do Conselho Geral, Juiz Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa e restantes Membros do Conselho

Senhor Presidente do Conselho de Curadores, Dr. Miguel Cadilhe, Senhores Curadores

Senhor Vice-presidente da Federação Académica do Porto, Dr. Rodrigo Medeiros, Caros Estudantes

Senhora Representante dos Trabalhadores desta Universidade, Dra. Joana Cunha, e restantes Colaboradores

Senhor Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Prof. António Cunha

Senhora Presidente do Instituto Politécnico do Porto

Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Porto, D. António Francisco dos Santos

Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto,
Professora Guilhermina Rego

Senhor Presidente do Tribunal da Relação do Porto

Restantes Autoridades Cíveis, Militares e Académicas

Caros Presidentes e dirigentes de Fundações

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Muito me honra e é com todo o gosto que participo na celebração dos 106 anos da Universidade do Porto.

Escolhi como tema da minha intervenção o papel do conhecimento na economia da inovação, intitulado “Do Conhecimento à Inovação: As Lições do Noroeste de Portugal”.

Portugal iniciou em meados da década de 80 do século passado o maior programa de formação avançada da sua história moderna – em parte realizada nas melhores Universidades europeias e dos EUA e em parte já em Universidades portuguesas.

Este Programa acompanhou um investimento de grande dimensão na modernização e expansão das instalações das Universidades e Institutos Politécnicos, bem como no equipamento de dezenas de centros de investigação em Ciências Básicas, Ciências da Saúde e em Tecnologias geradoras de novas atividades, novas soluções para atividades existentes ou novos modelos de negócio.

E esse investimento foi apoiado por um forte acréscimo do financiamento público nacional e comunitário de I&D e por um processo muito mais exigente de avaliação periódica da investigação realizada por peritos internacionais.

Mas, a partir de meados da década de 90, o que se foi construindo foi bem mais do que isso. Criou-se um Ecossistema de Inovação com três grandes funções:

- Mobilizar as atividades tradicionais da exportação portuguesa para a utilização de processos inovadores
- Promover a instalação de um sistema de telecomunicações e audiovisual ao nível do melhor que se estava a fazer na Europa, formando uma geração de técnicos e investigadores que pudessem alavancar novos serviços e conteúdos
- Multiplicar o surgimento de novas empresas – *startups* e PME's - em atividades e segmentos de mercado com forte procura potencial, mas ainda sem tradição no nosso País.

Inerente ao conceito de “Ecosistema de Inovação” estava a ideia de que não basta concentrar os esforços na geração de conhecimento, sendo imprescindível o envolvimento de todos os fatores que geram valor para a sociedade.

Considerou-se ainda necessário que os múltiplos atores se focassem na flexibilidade de resposta às constantes alterações do mercado, na adaptação à mudança e na aceleração da transferência do conhecimento. Neste processo foram sempre respeitados dois princípios básicos: a partilha de conhecimento, segundo o modelo de *open innovation*, bem como a aposta no capital humano e na sua interação.

Esse Ecosistema envolveu diferentes tipos de instituições que muito beneficiaram com este funcionamento em rede:

- As Universidades e os seus Centros de Investigação; os Institutos Politécnicos orientados para formação de quadros técnicos; os Institutos constituídos em parceria entre Universidades e Empresas com o objetivo de realizar investigação aplicada em áreas tecnológicas úteis para a inovação; os Centros Tecnológicos localizados em *clusters* de atividades exportadoras; as unidades de I&D criadas nas empresas com o estímulo de fortes incentivos públicos; a instalação de incubadoras de empresas, nalguns casos integradas em Parques de Ciência e Tecnologia com a participação de Universidades, Autarquias e Empresas.

O Noroeste foi a macro região do País que, com mais profundidade, implantou tal Ecosistema de Inovação, contando com o envolvimento das Universidades do Minho, do Porto, de Aveiro e de Trás os Montes e Alto Douro.

Seja-me permitido lembrar, a este propósito, o *Projeto Noroeste Global* lançado pela Fundação Calouste Gulbenkian em consequência de ter consagrado na sua agenda a Iniciativa *Cidades*, atendendo à importância crescente que a cidade tem nas sociedades contemporâneas.

Foi também decidido dar prioridade às macro regiões urbanas que estão mais inseridas nos mercados globais, o Noroeste e a Região Metropolitana de Lisboa, os dois decisivos polos e motores de desenvolvimento do país e cujo futuro é importante não apenas para a população e entidades aí fixadas, mas também para as regiões envolventes no interior.

Assumiu-se a ambição de contribuir para a criação de uma plataforma estratégica capaz de desenvolver um processo prospetivo de natureza colaborativa, partindo do potencial de inovação instalado, dando-lhe corpo e escala, projectando-o internacionalmente.

O projecto associava dois dos mais valiosos activos do Portugal Democrático, as Universidades e o Poder Local, a que se juntava a COTEC, associação empresarial focada na inovação, assim se reunindo conhecimento, poder local e empresas.

No início de Julho de 2014 foi feita a sua apresentação pública com uma meritória e exaustiva publicação, depois de intensa colaboração com as Universidades do Porto, do Minho, de Aveiro, do Centro Regional do Porto da Universidade Católica e, naturalmente, com a COTEC. Foram também consensualizados processos e propostas com as Câmaras Municipais onde se situam essas Universidades – Porto, Braga, Guimarães e Aveiro. Foi então definido um conjunto de cinco prioridades para o Noroeste crescer economicamente de forma mais sustentável.

Visava-se apoiar uma nova vaga de cooperação no seio dos *clusters* consolidados em torno das atividades de I&D e da inovação nos modelos de negócio;

Procurava-se conferir uma nova dimensão aos *protoclusters*, acelerando a sua internacionalização através da exportação de bens e serviços e da atração de investimento estrangeiro;

Propunha-se transformar a agricultura intensiva de produção de especialidades num *cluster* orientado para os mercados externos e para o abastecimento da grande distribuição moderna;

Pretendia-se ainda reforçar as condições de atratividade de fluxos turísticos de muito maior dimensão, valorizando o património material e imaterial existente;

Finalmente, desejava-se construir um modelo de sustentabilidade a partir de um sistema urbano policêntrico, constituído por um conjunto de cidades disponíveis para se organizarem em rede, criando um campo de experimentação de novas soluções no domínio dos transportes, mobilidade, energia, ciclo da água, aproveitamento de resíduos, etc.

No protocolo de constituição da *Plataforma Noroeste Global* apresentado publicamente na Universidade do Porto a 22 de Julho de 2014 era salientado que a retoma do crescimento de Portugal no período 2014-2020 teria de assentar no investimento privado, em especial no sector exportador e na atração de investimento estrangeiro.

Foi então enfatizado que a macrorregião do Noroeste registava a maior concentração das nossas indústrias exportadoras, o mais expressivo investimento no ensino superior dos últimos 40 anos - com quatro universidades (três das quais novas) e três institutos politécnicos - possuindo ainda instituições sectoriais do sistema científico e tecnológico ou de apoio à transferência de tecnologia, à inovação e ao empreendedorismo.

Um dos objectivos da Plataforma era também o de conseguir, com este enriquecedor processo colaborativo, melhores condições de acesso aos programas de financiamento do Portugal 2020 e do Horizonte 2020. Por outro lado, a Plataforma ficava aberta à participação de outros parceiros, nomeadamente outras Universidades e Institutos Politécnicos.

Após alguns meses de trabalho dos representantes dos promotores da Plataforma – Universidades, suas Cidades Sede e COTEC – foi decidido suspender a sua actividade, devido à sobreposição com outras prioridades decorrentes da preparação de candidaturas das Universidades e das Unidades de Investigação aos programas do Portugal 2020.

Porque pensamos que continuam válidos os pressupostos e justificados os propósitos de tão ambicioso projecto, por isso atrevemo-nos a sugerir que se reavalie a oportunidade da sua concretização.

Portugal – o desafio do crescimento, do emprego e da inovação

O nosso País vive, desde 2001, um longo tempo de declínio como há muito não conhecíamos. Desde a entrada no Euro que não só não crescemos como agravámos todos os nossos desequilíbrios fundamentais. Decidimos integrar o grupo dos países fundadores, mas não soubemos assumir as plenas consequências desse novo estatuto. Por isso, a economia perdeu competitividade e os desequilíbrios financeiros atingiram um nível incontrolável.

Com efeito, o crescimento acumulado do PIB, desde 2001, foi praticamente nulo. Porém, no mesmo período, em percentagem do PIB, a dívida pública passou de cerca de 55% para 130%; a dívida externa líquida aumentou de 40% para cerca de 95%; e o investimento privado, que representava 24%, situa-se agora em menos de 14%.

Embora o investimento privado não tenha parado de diminuir ao longo deste século, deve ser salientada a positiva evolução na balança tecnológica do nosso País. Com efeito, as exportações de bens e serviços de média e alta intensidade tecnológica, que só representavam 40% das importações em 2000, tendem, hoje, para uma situação de equilíbrio.

Merece, também, ênfase especial o peso das exportações totais no PIB que se estima tenha sido, em 2016, superior a 44% - quando, em 2000, apenas tinha atingido 25 % - situando-se hoje Portugal no valor médio já atingido na EU a 15.

Estes dois sublinhados evidenciam bem como a capacidade de gerar conhecimento foi convertida em valor económico, reforçando a competitividade dos sectores exportadores através da inovação. Esta situação é ainda mais relevante se tivermos presente o sério desequilíbrio da balança corrente externa

que, na primeira década deste século chegou a atingir cerca de 12% do PIB. Ora, a taxa de cobertura das exportações de bens e serviços que, em 2008, era de 78%, é superavitária a partir de 2013, o que há largas décadas não acontecia.

Deve ainda ser sublinhado que a nossa evolução em investigação e inovação, sobretudo na primeira década do século XXI, foi notável. Só entre 2005 e 2009, Portugal foi o país da União Europeia com a mais elevada taxa de crescimento da intensidade de I&D em percentagem do PIB. Em 5 anos tivemos um aumento superior a 110%, ao passo que a União Europeia apenas cresceu 10%, o que permitiu que o nosso esforço de I&D passasse a estar mais próximo da média da União Europeia.

Mas, desde 2010, e em consequência dos efeitos da política de austeridade que tivemos que adoptar o investimento em I&D em percentagem do PIB desceu de 1,6% para menos de 1,3%.

Importa, pois, corrigir este trajeto mais recente e adotar políticas que nos reaproximem dos valores médios da União Europeia, no que respeita à nossa capacidade de investigação, bem como quanto ao aumento da nossa capacidade de translação do conhecimento, em que ainda temos um inegável défice.

Aliás, só o esforço e empenho de todos permitiu que, ao longo dos últimos anos, Portugal se tenha afirmado sustentadamente no panorama internacional, devendo ser especialmente salientado:

- No conjunto dos seus 28 países membros, surgimos em 18º lugar no European Scoreboard 2016 (quando, em 2011, ocupávamos a 15ª posição), destacando-nos no conjunto dos indicadores que avaliam inovação nas PME, em que nos situamos acima da média europeia, em particular no que respeita à inovação na introdução de novos produtos e processos (0.62/0.43), bem como na inovação ao nível do marketing / organizacional. Deve ainda destacar-se que nos situamos em 4º lugar no *ranking* "New Doctorate Graduates", (0.97/0.55)

- Fomos considerados o 30º país mais inovador pelo *Global Innovation Index* 2016, organizado pelo INSEAD (num total de 128 países, de todo o mundo); se só considerarmos os países da UE, somos o 17º.

A Universidade do Porto, através da UP Inovação, criada em 2004, é um exemplo no apoio da cadeia de valor da inovação em Universidades. Promove a investigação, o empreendedorismo da comunidade académica e a ligação às empresas, nomeadamente através de Concursos de Ideias de Negócios, Prémios Inovação, *Business Ignition Programmes* e Portais de Empreendedorismo.

Em especial o UPTEC, o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, é uma estrutura de excelência de apoio à transferência de conhecimento, criada para suportar a Universidade do Porto na valorização económica e social do conhecimento gerado.

Desde o início da actividade (em 2007), o UPTEC apoiou o desenvolvimento de mais de 450 projectos empresariais, em áreas tão variadas quanto as Nanociências, Nanotecnologias, Novos Materiais e Produção, Energia, Saúde, Alimentar, Biotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Média Digitais, Arquitetura, Marketing Interativo, Produção de Conteúdos.

Nos últimos anos, a Universidade do Porto apoiou a captação de investimento de mais de 20 empresas internacionais, que escolheram a cidade para se instalar em Portugal.

Chegou a hora de Portugal entrar num novo ciclo de progresso que todos tanto ambicionamos. Temos de retomar o caminho do crescimento, aproximando-nos dos outros países europeus, para o que é essencial o aumento do investimento privado, também uma variável fundamental para a criação de emprego. De igual modo, temos de saber continuar a controlar o desequilíbrio externo que, na década passada, foi responsável por um alarmante aumento da dívida, em resultado do consumo e não por força do crescimento do investimento produtivo.

Esta é a altura de mobilizar muitos dos nossos melhores para discutir realistas mas ambiciosas propostas para o futuro de Portugal. A capacidade de formação e geração de conhecimento das nossas Universidades tem de ser o primeiro e principal recurso a mobilizar para conceber todas as reformas e mudanças de que o País precisa.

Por outro lado, deve ser dada prioridade absoluta à valorização do nosso capital humano, o que recomenda que sejam asseguradas adequadas condições de financiamento ao nosso ensino superior, sem esquecer a obrigação de cumprir o desafio lançado pela Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), que fixa em 40% o objectivo da população entre os 30 e 34 anos que deve ter concluído licenciatura (actualmente estamos em 31,9% mas, em 2002, apenas atingíamos 12,9%).

Não obstante os progressos registados no combate ao desemprego, continua a ser prioritário criar empregos e dotar os jovens de qualificações e competências que lhes permitam posicionar-se melhor face a esta situação.

Se Portugal quer continuar a ambição de reforçar a sua competitividade, tem de estimular e apoiar o aumento do esforço em I&D. As políticas públicas têm de valorizar o trabalho dos investigadores em e para as empresas, refletindo tal valorização nas suas carreiras.

Todos temos de ser mobilizados coletivamente, numa estratégia de longo prazo que transforme o nosso País numa sociedade mais moderna, mais livre e mais justa. Nunca tivemos, na nossa história, uma geração tão próxima dos países europeus mais avançados. Nenhum de nós perdoará um fracasso.

É na capacidade de gerar conhecimento das nossas Universidades e Centros de Investigação, tal como na vitalidade, determinação e atitude inovadora das nossas Empresas, que reside o meu fundado otimismo quanto ao sucesso futuro de Portugal.

Artur Santos Silva